

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA) comunicou, mediante avisos prévios dirigidos à SECURITAS e PROSEGUR, empresas prestadoras de serviços de vigilância representadas pela Associação de Empresas de Segurança (AES) que os trabalhadores assistentes de Portos e Aeroportos a exercerem funções naquelas empresas, farão greve no período das 00H00 do dia 24 de junho às 24H00 do dia 25 de junho de 2017.

No exercício do direito de greve, é necessário salvaguardar outros direitos constitucionalmente protegidos, de acordo com o n.º 2 do artigo 18.º e o n.º 3 do artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa, sob pena de irreversível afetação de alguns destes direitos.

As empresas em causa prestam serviços de segurança e vigilância de edifícios e outras instalações, de que depende a segurança e integridade dos mesmos, pelo que se destinam à satisfação de necessidade sociais impreteríveis ligadas à salvaguarda da integridade da propriedade, pública ou privada, constitucionalmente protegida.

Por outro lado, as empresas de segurança SECURITAS e PROSEGUR representadas pela AES prestam ainda serviços de controlo de passageiros e bagagens nos aeroportos nacionais, atividade que, de acordo com o n.º 1 e a alínea *h)* e *i)* do n.º 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho, se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis ligadas ao exercício do direito de deslocação.

Impõe-se, por isso, que, durante a greve, as associações sindicais que a declararam e os trabalhadores que a ela adiram, assegurem os serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação daquelas necessidades sociais impreteríveis, nos termos

do n.º 3 do artigo 57.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 537.º do Código do Trabalho.

A definição de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve ser feita por diversos modos subsidiariamente previstos no Código do Trabalho.

Os serviços mínimos devem ser definidos por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou por acordo com os representantes dos trabalhadores, nos termos do n.º 1 do artigo 538.º do referido Código. Porém, a regulamentação coletiva de trabalho aplicável não define os serviços mínimos a assegurar em situação de greve para satisfação das necessidades sociais impreteríveis. Tendo em consideração a eventual necessidade de se definir os serviços mínimos por acordo com os representantes dos trabalhadores, o aviso prévio de greve que se realize em empresa ou estabelecimento que se destine à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve conter uma proposta de serviços mínimos, de acordo com o n.º 3 do artigo 534.º do Código do Trabalho.

Nos avisos prévios de greve do SITAVA foram apresentadas propostas dos serviços mínimos que se propõe assegurar no decurso da greve, as quais não foram aceites pela AES em representação das empresas.

Nestas circunstâncias, o serviço competente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, convocou uma reunião entre a referida associação sindical e os representantes da AES, tendo em vista a negociação de acordo sobre os serviços mínimos a prestar e os meios necessários para os assegurar, em cumprimento do n.º 2 do citado artigo 538.º.

Na reunião realizada não foi possível alcançar um acordo global quanto aos serviços mínimos a prestar no período de greve, pelo que, nos termos do n.º 1 e das alíneas *h)* e *i)* do n.º 2 do artigo 537.º e da alínea *a)* do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho, a Ministra da Administração Interna, o Ministro da Economia, o Secretário de Estado das Infraestruturas, ao abrigo da delegação de competências que lhe foi

conferida pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, nos termos do Despacho n.º 2311/2016, de 1 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016 e o Secretário de Estado do Emprego, ao abrigo da delegação de competências que lhe foi conferida pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, determinam o seguinte:

1- No período de greve abrangido pelo aviso prévio de greve do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), a referida associação sindical e os trabalhadores que prestem serviço nas empresas de segurança SECURITAS e PROSEGUR, representadas pela AES e que adiram à greve, devem assegurar:

a) A abertura de 50% dos postos de controlo de pessoas e bagagens bem como dos postos de controlo dedicados às provisões de bordo e de aeroporto, nos aeroportos de Lisboa, Faro, Porto, Madeira e Açores.

b) Os trabalhadores aderentes à greve a afetar à prestação dos serviços mínimos referidos na alínea anterior são os estritamente necessários, devendo apenas ser afetos a essa prestação na medida em que os trabalhadores não aderentes sejam insuficientes para assegurar os serviços mínimos.

d) Os meios humanos referidos nas alíneas anteriores são designados pela referida associação sindical até 24 horas antes do início do período de greve ou, se esta não o fizer, devem os empregadores proceder a essa designação.

c) Os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos referidos na alínea b), são os correspondentes a 50% do número de trabalhadores que prestam trabalho em condições normais de atividades no mesmo período.

d) Os meios humanos referidos nas alíneas anteriores são designados pela referida associação sindical até 24 horas antes do início do período de greve ou, se esta não o fizer, devem os empregadores proceder a essa designação.

2 - Transmite-se de imediato ao Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), à SECURITAS, à PROSEGUR e à Associação de Empresas de Segurança (AES), para os efeitos previstos nos n.ºs 6 e 7 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

Pela Ministra da Administração Interna

Isabel Oneto

(Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, em substituição)

O Ministro da Economia

(Manuel Caldeira Cabral)

O Secretário de Estado das Infraestruturas

(Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d' Oliveira Martins)

O Secretário de Estado do Emprego

(Miguel Filipe Pardal Cabrita)